

Oficina de desenho no Centro de Referência e Assistência Social: experiências e reflexões

Drawing workshop at the Reference and Social Assistance Center: experiences and reflections

Tiago Samuel Bassani*

Mayara Suellen Sardeiro Vieira**

Karen Carolina de Oliveira Cortes***

RESUMO: O presente texto visa refletir sobre a importância da arte na construção das relações entre o espaço público e a educação social no atendimento de jovens e crianças que vivem em situação de vulnerabilidade social, e ainda, compreender criticamente sobre a questão de privação de direitos que refletem no âmbito deste atendimento e se estende pelo território brasileiro, principalmente em suas interioridades. Esta reflexão se deu a partir de uma experiência vivenciada em oficinas de arte realizadas no Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) de Santa Maria da Vitória – BA. Pretende-se também compreender quais são as formas que mais se adequam a esta especificidade de atendimento tendo em vista a arte e suas práticas no campo da arte-educação em espaços não formais.

PALAVRAS-CHAVE: Arte. Espaço Público. Privação de Direitos.

ABSTRACT: This text aims to reflect on the importance of art in building relationships between public space and social education in the care of young people and children living in social vulnerability, and also, to understand critically on the issue of deprivation of rights that reflect in the scope of this service and extends through the Brazilian territory, mainly in its interiorities. This reflection took place from an experience experienced in art workshops held at the Center for Reference and Social Assistance (CRAS) of Santa Maria da Vitória - BA. It is also intended to understand which are the forms that best fit this specificity of care in view of art and its practices in the field of art-education in non-formal spaces.

KEYWORDS: Art. Public Space. Deprivation of Rights.

1. INTRODUÇÃO

Este texto reflete sobre a importância da arte para o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo nas relações entre os espaços públicos e a educação social, especificamente no que diz respeito ao atendimento de jovens e crianças que vivem em situação de vulnerabilidade social, e ainda, articula uma compreensão sobre a questão de privação de direitos que reflete ocorrências num país marcado pela desigualdade social e violências nos interiores do país. Este texto-reflexão se deu a partir de uma experiência vivenciada em

* Mestre em Artes Visuais, Universidade Federal do Oeste da Bahia, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3177-9304>, tiago.bassani@ufob.edu.br.

** Licenciada em Artes Visuais, Universidade Federal do Oeste da Bahia, maysuellen02@gmail.com.

*** Licenciada em Artes Visuais, Universidade Federal do Oeste da Bahia, karemocortes@gmail.com.

oficinas de arte realizadas no Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) de Santa Maria da Vitória – BA.

Podemos compreender que a arte pode favorecer de maneira significativa as possibilidades de expressões nas práticas sociais articulando conhecimentos que envolvem ações de criar, recriar, produzir e refletir sobre o que vivenciamos e experimentamos na vida. Por analogia, podemos entender que é um meio pelo qual a educação também se realiza. Neste contexto, podemos considerar a presença de um campo sensível, que denota afetos, emoções e outras particularidades. Deste modo, consideramos que a arte pode ter uma fundamental importância nas relações interpessoais, sociais e culturais tendo em vista os diferentes espaços que um indivíduo ocupa na sociedade.

Nesta perspectiva, as linguagens artísticas podem proporcionar aos indivíduos possibilidade de expressão que não são quantitativamente aferidas, porém podem ser subjetivamente percebidas quando colocadas em práticas e/ou exercitadas em ocasiões nas quais a intenção de operar sobre o indivíduo uma experiência com a arte seja profícua, como no caso de oficinas de arte, aqui compreendidas dentro do atendimento social.

Concentramo-nos, para esta reflexão, no campo das artes visuais e nas possibilidades emergidas a partir do contato com cores, formas, gestos, traços, volumes, ritmos etc. concernentes à prática do desenho, a fim de manifestar os mais variados pensamentos, sentimentos, costumes e manifestações de uma cultura na qual os participantes estão inseridos, incluindo um campo individual e subjetivo para poder interpretar, vivenciar, criticar e posicionar-se diante da sociedade com um olhar sensível sobre a realidade vivenciada. A expressão que a arte pode proporcionar, para ser efetiva, precisa valorizar a experiência sensível do indivíduo que percebe o meio social em que atua. Sobre esta asserção, nos aponta Duarte Junior:

De pronto e ao longo da vida aprenderemos sempre com o “mundo vivido”, através de nossa sensibilidade e nossa percepção, que permitem que nos alimentemos dessas espantosas qualidades do real que nos cerca: sons, cores, sabores, texturas e odores, numa miríade de impressões que o corpo ordena, na construção do sentido primeiro. (DUARTE JUNIOR, 2000, p. 14).

Na assertiva de Duarte Junior está evidenciada a ação de experimentar a vida por intermédio da percepção, ou seja, do sensível, que pode se dar a partir dos elementos que nos cercam que são formadas por “sons, cores, sabores, texturas”, etc. como evidencia o autor. Se tais condições existem, elas precisam ser percebidas. Neste ponto, consideramos que as

oficinas de artes podem ser compreendidas como pontos disparadores para o que Duarte Junior (2000) denomina como “Educação do Sensível”.

A discussão que se procura fazer neste texto concentra-se nas reflexões sobre oficinas de desenhos realizadas numa instituição de acolhimento social, especificamente no Centro de Referência e Assistência Social (CRAS)¹, espaço legitimamente público, no qual a arte apresenta-se como uma possibilidade de estabelecer relações sensíveis, sociais, políticas e culturais necessárias para a educação social, além de propagar e tornar inteligíveis os direitos e deveres do público atendido.

Num contexto socioeducacional e assistencial o CRAS é um espaço de atendimento público, um espaço utilizado pela sociedade para acolhimento, aconselhamento, comunicação, condutas, que em suas atividades incluem oficinas de arte. Estes espaços públicos de atendimento são em sua essência lugares políticos que podem ofertar possibilidades de ação e reflexão. No entanto, o CRAS é direcionado para atender usuários específicos que em sua maioria atende a uma população carente, marginalizada e pobre, que vive em situação de vulnerabilidade social. Se alargarmos o pensamento para além da função descrita deste espaço, podemos compreendê-lo como um lugar de possíveis e diferentes expressões. Sob esta perspectiva, o CRAS não é apenas um lugar de assistencialismo, mas é um campo de possibilidades integradas aos atendimentos objetivos, psicológicos, sociais e sobretudo artísticos. Integramos neste pensamento um trabalho assertivo, no qual a arte não pode ser afastada, ou seja, a arte é parte fundamental do atendimento.

De acordo com a experiência vivenciada no CRAS pudemos observar que a maioria das crianças e dos adolescentes assistidos nesta instituição tiveram seus direitos violados em seu cotidiano, tendo em vista o que assegura o ECA (Estatuto da Criança e Adolescente) (BRASIL, 1990). Neste sentido, o CRAS tenta com muita resistência reparar violências sofridas. Contudo, sobre as ações recai um questionamento: será possível restaurar ou reparar os danos causados no íntimo de um indivíduo que possui seus direitos violados, especificamente se tratando de crianças e adolescentes? O que a arte pode fazer neste sentido? Sobre quem recaem as responsabilidades?

Recorreremos primeiramente ao que o ECA nos orienta sobre as responsabilidades:

¹ A partir deste ponto no texto utilizaremos a sigla CRAS para referenciar o Centro de Referência e Assistência Social. O estudo aqui relatado foi dirigido no CRAS do bairro Macambira em Santa Maria da Vitória - BA.

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (LEI Nº 8.069, artigo 4º DE 13 DE JULHO DE 1990)

Percebemos que apesar da legislação não temos assegurados muitos direitos descritos por ela. Trata-se de privação de direitos que pode ser um reflexo de políticas públicas ineficientes ou inexistentes, principalmente nas cidades interiorizadas, na qual vemos má gestão, desvio de verbas de programas e políticas públicas, falta de emprego, má distribuição de renda. Por conta desta posição política que faz parte de muitas cidades, as famílias, a sociedade e a comunidade não possuem suporte suficiente para garantir às crianças e adolescentes o que lhes é de direito. Os programas sociais existentes são implementados na tentativa de amenizar tal privação e falta, mas não conseguem cessar as situações de vulnerabilidade social.

Ressaltamos que há ainda uma omissão civil, pessoal, familiar, comunitária, na qual está incluído um papel individual que está para além das políticas públicas. Incluímos nesta celeuma nossa parte de responsabilidade pelo que acontece no meio em que vivemos e em que atuamos. Consequências e ocorrências que fingimos não ver para nos pouparmos de um sofrimento existente. Como quando ignoramos um pedinte, ou quando não queremos tocar nos assuntos mais violadores e violentos. É preciso dizer, saber, de maneira escancarada que existem violações de direitos, estupro, incesto e tantas outras ocorrências que nos furtamos de pensar ou de falar. Tais situações estão todas concentradas no CRAS e na sociedade.

Pudemos observar que no contexto do CRAS de Santa Maria da Vitória/BA é evidente que as privações de direitos estão tanto no âmbito da execução de políticas públicas, quanto no ocultamento do que ocorre na sociedade. Entretanto, o Centro tenta amparar e assistir as pessoas em situação de vulnerabilidade social em relação à realidade em que estão inseridas.

Adiantamo-nos a dizer que a arte pode muito ao mesmo tempo que pode nada, a natureza do incerto nos habita, porém, para além das incertezas, reside e resiste nos artistas e nos educadores a força da persistência da mudança social, da crítica, da força na robustez de uma atuação política-artística-contestatória. É por isso que trabalhamos e por meio das possibilidades que existimos politicamente.

2. CONTEXTUALIZANDO O CRAS

O CRAS situado no bairro da Macambira, na cidade de Santa Maria da Vitória-BA, desenvolve atividades socioeducativas que abrangem as especificidades das famílias, que são acompanhadas por meio de atendimentos grupais e individuais. No atendimento grupal o público é dividido por faixas etária: crianças, adolescentes, e adultos, com o intuito de orientá-los quanto aos seus direitos e deveres dentro do meio em que estão inseridos, tendo como aporte metodológico as linguagens artísticas (artes visuais, teatro, dança e música). Ainda, quando necessário, existe o atendimento individualizado realizado por uma equipe multifuncional formada por assistentes sociais, psicólogos e educadores sociais entre outras especialidades, objetivando o bem-estar social, o resgate à cidadania e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

O Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) é um espaço público vinculado a Assistência Social, que presta serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), desenvolvendo trabalhos sociais que objetiva prevenir a ocorrência de situações de risco e vulnerabilidade social, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. (BRASIL, 2015).

A oferta dos serviços no CRAS, segundo os preceitos que regem suas normativas, precisa ser planejada e depende de um amplo conhecimento do território e das famílias que nele vivem, compreensão das suas necessidades e potencialidades, bem como o mapeamento da ocorrência das situações de risco e de vulnerabilidade social e elaboração das maneiras para lidar com elas e enfrentá-las de maneiras eficientes. Para efetivar seu trabalho e sua oferta o CRAS faz parcerias com a universidade e procura elaborar planos de atividades. Nestas possibilidades de trabalho é que as oficinas de arte estão inseridas, metaforicamente compreendida como um membro de seu trabalho socioeducativo.

Como já abordado, o CRAS atende famílias e indivíduos em situação de grave desproteção, tais como: pessoas com deficiência, idosos, crianças retiradas do trabalho infantil, pessoas inseridas no Cadastro Único, beneficiários do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), indivíduos que sofreram alguma violência física, emocional, social, psicológica, entre outras. Vale ressaltar, por sua vez, que os usuários do serviço são, em sua maioria, parte de uma população empobrecida.

Diante do público atendido pelo CRAS, é perceptível que os programas e políticas públicas são elaboradas de maneira ineficiente no que se refere às necessidades da sociedade,

sobretudo para aqueles que se encontram em condições vulneráveis. Presenciamos falta de investimentos do governo em educação de qualidade, saúde e atendimento à população carente. Tais condições têm aumentado exponencialmente na atualidade por conta de um governo ineficiente e incapaz de elaborar políticas públicas eficientes.

Em notícias recentes o Banco Mundial anunciou um crescimento da pobreza no Brasil no ano de 2020, cujo índice apresenta um grande aumento da desigualdade social, que torna os índices de violência, desemprego, desigualdade racial e de gênero, também muito elevados. Pensando no contexto em que se encontra inserido a cidade de Santa Maria da Vitória-BA, estas informações denunciam uma desigualdade social acentuada.

Todos estes tipos de desigualdade não são exclusivos de Santa Maria da Vitória-BA, mas se fazem muito presentes na região por esta ser uma cidade interiorana cuja a maioria da população vive à mercê da falta de investimentos principalmente nas áreas da educação e da saúde, que são fundamentais à qualidade de vida dessa população.

É sabido que atuamos numa luta contra uma engrenagem que é esmagadora na tentativa de uma educação social por intermédio das linguagens artísticas e de outros campos do conhecimento, considerando sempre a possibilidade de reversão de um cenário de desigualdades. Trata-se, sobre este ponto de vista, de uma educação social.

A educação social tem seu alicerce na participação. É uma das formas que o ser humano tem para posicionar-se, seja politicamente ou socialmente, e ainda é instrumento que busca e pode trazer uma igualdade, tanto em esferas sociais quanto nas pessoais. Compreendemos sobre este ponto de vista que o papel das oficinas de artes visuais no CRAS ou em qualquer outro seguimento da sociedade pode oferecer e contribuir para a formação de um indivíduo que vive em/na/para sociedade, um ser social, principalmente no âmbito do desenvolvimento pessoal e comunitário que enquanto cidadão, e tem consciência de seus direitos e deveres, e o desejo de exercício pleno de sua cidadania.

Dentro deste contexto formativo, compreendemos que a arte é essencial para o desenvolvimento do indivíduo atendido, da criança, do adolescente e de suas aprendizagens, pois, é através das linguagens artísticas que pode-se desenvolver a criatividade, a sensibilidade, a imaginação, a interação social.

3. AS POSSIBILIDADES DA ARTE

A arte tem sido um dos principais meios que podem, de maneira colaborativa, fomentar a construção de uma educação social. Para educar-se socialmente o indivíduo necessita antes de qualquer coisa reconhecer-se como um ser autônomo, o que pode se dar por intermédio da arte na educação. A arte permite que o ser humano perceba, sinta, compreenda, crie, reflita, critique e se expresse, seja por experiências individuais ou coletivas, mas sem perder sua subjetividade, e ainda, oportuniza o (re)conhecimento de si e do outro de maneira interrelacional. Em suma, a arte pode dar subsídios para a construção de um ser autônomo capaz, de mudar, ou ao menos de melhorar, o contexto político e social no qual se encontra inserido.

Para respaldar tal asserção trazemos a autora e artista Fayga Ostrower (1987) que apresenta um “ser consciente-sensível-cultural”:

No curso evolutivo da humanidade, segundo a pesquisa moderna talvez um milhão de anos antes de surgir o HOMO SAPIENS, depara-se com espécies a caminho da humanização. Os chamados ‘hominídeos’ deixaram vestígios que permitem inferir uma existência já de certo modo *consciente-sensível-cultural*. Não temos, aqui, a pretensão de saber como o homem adquiriu esses caraterísticos, nem tampouco em qual ramo dos nossos percursos se deu a fusão de tais qualidades. Queremos constatar apenas que ela existe há muito tempo. E mais, entendemos que precisamente na integração do consciente do sensível e do cultural se baseiam os comportamentos criativos do homem. Somente ante o ato intencional, isto é, ante a ação de um ser consciente, faz sentido falar-se de *criação*. Sem a consciência, prescinde-se tanto do imaginativo na ação, quanto do fato da ação criativa de alterar o comportamento do próprio ser que agiu. (OSTROWER, 1987, p. 11).

A autora nos aponta que existe na humanidade uma qualidade que denota um ser *consciente-sensível-cultural* para viver e criar, compreendendo todos os processos da vida como processos que demandam alguma criatividade (OSTROWER, 1987), porém a autora ressalta a importância do amálgama entre consciência, sensibilidade em âmbito cultural. Compreendemos que as oficinas de arte, em um espaço como o CRAS, podem colaborar para tal integração, quando pode ofertar a possibilidade de pensar criticamente, ou melhor, conscientemente, sensivelmente e culturalmente de maneira intrínseca no ambiente do CRAS por intermédio das oficinas de arte, especificamente das de desenho.

O CRAS pode ser caracterizado conceitualmente por uma entidade socioeducativa não formal que pode estimular o desenvolvimento individual numa participação coletiva, no qual a arte está inserida para colaborar com o desenvolvimento de atividades que contribuem na construção do ser social, incentivando a expressão e criação, numa ação artística-política-

social, por uma aprendizagem flexível, que muitas vezes precisam acontecer de maneira lúdica, na intenção de aproximação e interação de indivíduos vulneráveis.

Percebemos que as atividades coletivas aconteciam de maneira mais eficiente quando eram tratadas pelo viés da ludicidade. Assim, esse estado pode se unir aos processos da arte, tornando-se ferramenta pedagógica que, aliada à expressão artística, pode desenvolver o processo cognitivo-sensível das crianças e adolescentes. Deste modo, compreendemos que “a ludicidade é essencial nas atividades intelectuais e sociais tornando-se, assim, indispensável na prática educativa.” (GONÇALVES, 2012, p. 10).

Nesta perspectiva, a ludicidade pode aliar-se ou estar contida nos processos artísticos das oficinas de maneira colaborativa para possíveis expressões. Assim, a condição de ser lúdico pode estar inserida no processo criativo. Por meio do brincar de maneira lúdica, a criança aprende comportamentos, constrói conhecimentos, expressa emoções e sentimentos e significa para si a cultura em que está inserida (ROSA, KRAVCHYCHYN, VIEIRA, 2010. p. 8).

O lúdico no contexto da arte-educação, traça uma perspectiva para além de uma ideia de recreatividade ou recreação. Nas oficinas de artes visuais o lúdico torna-se ferramenta pedagógica parceira que possibilita aprendizagem mútua na qual as crianças, através de suas expressões artísticas, deixam transparecer a sensibilidade, por meio das representações simbólicas e das percepções e muitas vezes o processo artístico pode ser compreendido como uma brincadeira.

Ao brincar, a criança experimenta o poder de explorar o mundo dos objetos, das pessoas, da natureza e da cultura, para compreendê-lo e expressá-lo por meio de variadas linguagens. Mas é no plano da imaginação que o brincar se destaca pela mobilização dos significados. Enfim, sua importância se relaciona com a cultura da infância que coloca a brincadeira como a ferramenta para a criança se expressar, aprender e se desenvolver (KISHIMOTO, 2010, p. 1)

O lúdico pode estar no brincar, no brinquedo e no jogo, que podem ser também metodologias inseridas de maneira eficaz no ensino-aprendizagem da arte, pois podem ser desenvolvidas atividades relacionadas com as vivências dos indivíduos atendidos, com o objetivo de propiciar novas descobertas e interações sociais. Nesta perspectiva, o brinquedo e o jogo podem despertar a imaginação criativa do indivíduo, fortalecer seu vínculo socio-emotivo, intensificar a sensorialidade corporal, potencializar a coordenação e as habilidades sensório-motoras, estimular o enriquecimento da afetividade, dentre outras possibilidades de

aprendizagem, sendo que a brincadeira pode integrar-se no processo criativo artístico numa totalidade da ação a fim de desdobrar e materializar-se em arte.

De maneira lúdica, num jogo de desafios, aconteceu que uma criança apresenta e/ou representa um coração com asas e outro cercado como uma armadilha logo depois da marca/carimbo da sua pegada na folha de papel estendida no chão com carvão (Fig.1). O desenho apresentado na Figura 1 pode ser compreendido de maneiras distintas e múltiplas, porém reside uma particularidade de representação/apresentação/expressão de um sentimento no desenho, quando apresenta o coração com asas, e/ou cindido por lados indecifráveis abaixo do indício dos seus pés.

Figura 1 - Registro de oficina. Desenho de crianças.



Fonte: Arquivo dos autores.

Percebemos essa particularidade de forma poética, porém objetivamente, no momento da ação de desenhar, a criança apresentou uma situação bastante íntima e individual, ressaltou sentimentos ao marcar com o carvão e com os pés entintando sua existência. Seus sentimentos, tomados como uma ação subjetiva, marcava espaço no papel esticado no chão

daquele espaço um lugar de fala, um lugar de expressão. Compreendemos que o sensível estava interligado ao inteligível, o objetivo ao subjetivo, e que ambos ocupavam um espaço expressivo de existência naquele desenho.

A importância não reside no resultado, mas sim no processo. Muitos desenhos se perderam, pois não existia em nós a intenção de arquivar ou guardar, mas sim proporcionar possibilidades de ações ativas e expressivas. Restam os registros, como na figura 1, e a memória da ocorrência, no qual habita conhecimentos e sentimentos intimamente ligados.

Podemos dizer que o campo do silêncio pode ser ultrapassado por intermédio do desenho e de sua pura expressão artística. Parece simples, porém há uma complexidade que habita o campo. Reside no desenho muitas ações, tais como: a ludicidade, o desafio, o jogo, a troca. Pensamos isso pois, apresentamos propostas que podem ser compreendidas como desafiadora num jogo de troca no qual a ludicidade das reações e ações estão integradas. O acontecimento da ação de proposição não acontece objetivamente de maneira racional somente, ela acontece com todas as suas possibilidades subjetivas e abertas, por isso não podem ser aferidas quantitativamente.

Deste modo, a característica lúdica do jogo e da brincadeira é aproximada da ação de desenhar, que também apontam para um estado de ludicidade transmitido na convivência social com outras crianças, sendo um exercício de interação (CRUZ, 2010, p. 13). Dentro do contexto da ludicidade, o desenho pode ser um meio que integra as possibilidades sensíveis fundamentais para adentrar nas particularidades da criança a fim de instigar a sua expressividade. “Como é carregado de significados, o desenho registra as alegrias, medos, sonhos e nos leva a conhecer um pouquinho da criança, de como pensa e de como age no meio que a rodeia” (HANUER, 2011, p. 12).

No entanto, para que esses significados se tornem visíveis, é necessário elaborar metodologias que possam estimular a capacidade criativa da criança, oferecendo-lhes diferentes possibilidades na criação do desenho aliado a atividades lúdicas que, juntas fazem-se primordiais ao desenvolvimento cognitivo e social da criança.

No cenário do CRAS o desenho é uma potencialidade pela qual a criança se expressa sobre o modo como vê o mundo e sua relação com ele. Neste sentido, é muito comum que as crianças atendidas por esta instituição não formal deixem transparecer através da expressão do desenho essa forte relação que elas têm deste espaço do CRAS como extensão de suas moradias, na qual passam a maior parte do tempo. No entanto, vale ressaltar que a

representação gráfica da casa não se limita apenas a este significado, muitos são os estudos sobre a simbologia deste “tema” presente no desenho da criança. Para tanto, o que se faz necessário aqui é compreender que o desenho da casa dentro do contexto do CRAS serve como ferramenta para entender a criança pelos vieses sociais.

É este um tema que a criança elege com muita frequência. Representa suas emoções vividas a partir do ponto de vista social e nos transmite uma informação importante a respeito do seu grau de abertura ou de reclusão a propósito do seu mais imediato ambiente. (BÉDARD, 2003, p. 38).

Em sentido geral, o desenho torna-se uma ferramenta artístico-pedagógica que facilita o diagnóstico e acompanhamento destas crianças e adolescentes acometidos diariamente das piores violências e em situações sociais, econômicas, culturais, sentimentais desfavoráveis.

4. A EXPERIÊNCIA DAS OFICINAS

As oficinas de artes visuais desenvolvidas no contexto do CRAS foram elaboradas com o intuito de proporcionar ao público experiências sensíveis, subjetivas e estéticas. Essas experiências em sentido geral, podem permitir uma possível liberdade de expressão artística primordial à vida das crianças e dos adolescentes. Neste sentido, a arte pode desenvolver o olhar crítico/reflexivo dos usuários do serviço a partir das vivências que o impulsionam a saber mais sobre os acontecimentos e a ser capaz de opinar sobre as mais diversas questões que o cercam por meio da arte.

Justamente pela força que a expressividade possui, a liberdade é o objetivo maior. Portanto, optamos por não apresentar referenciais. Como os espaços não formais proporcionam liberdade aos proponentes das oficinas, buscamos elaborá-las de forma que os referenciais tanto teóricos quanto artísticos fossem dados de maneira sutil para que não influenciassem na liberdade expressiva do público. Algumas imagens eram projetadas de maneira rápida por projetores e as músicas eram inseridas nas ações de desenhos, criando um tipo de ambiência.

Algumas orientações eram dadas, tais como: escolher um lugar onde se sentissem confortáveis para desenhar; selecionar um instrumento de desenho (lápis, pincel, carvão, tinta etc.) da sua preferência;

A oficina foi realizada do seguinte modo:

- O chão do espaço foi completamente encoberto com papel *craft*;
- Em roda, explicávamos sobre a dinâmica da oficina, que consistia em:
 1. Escutar a música que estava sendo tocada;
 2. Circular pelo espaço sobre as folhas e escolher um lugar confortável para sentar-se;
 3. Desenharem formas que pudessem vir à mente por intermédio do som e dos sentimentos.

Figura 2- Momento da oficina. Criança desenhando.



Fonte: Arquivo dos autores.

Aconteceram três oficinas e elas apresentavam uma dinâmica de apresentação na qual, cada criança dizia o nome junto de um gesto corporal para que todos repetissem, tornando-se perceptível a criatividade de algumas crianças diante do espaço. Isso era importante pois a alternância na presença das crianças era grande, ou seja, o público variava de uma semana para outra, neste sentido era difícil estabelecer laços de continuidade.

Em seguida propusemos um reconhecimento do espaço, um momento no qual as crianças participantes dessa oficina, ao embalo da música ambiente tiveram os pés entintados para que caminhasse de forma aleatória sobre o papel de metro disposto no chão, com o intuito de desenvolver a percepção corporal delas em relação ao espaço utilizado. Posteriormente a esse momento as crianças poderiam escolher um espaço sobre o qual pudessem trabalhar. Escolhido o espaço cada criança se sentava, para que através de estímulos

dados pelos oficinairos elas desenhassem sobre o papel disposto no chão. Esses estímulos iam desde palavras como: casa, rua, terra, carinho etc. até outros individuais como: movimentos, risos, cócegas etc.

A ideia era a de formar a partir de desenhos individuais grandes composições coletivas. Isso aconteceu naturalmente, visto que no anseio de desenhar, as crianças iam expandindo os espaços escolhidos até atingir o outro. Tínhamos também a intenção de tornar a ação de desenhar um espaço de compartilhamento e de respeito pelo outro por meio de uma atividade artística, lúdica e educativa. A integração entre as crianças ocorreu naturalmente, o que nos surpreendeu muito, pois elas apresentavam em alguns momentos anteriores às oficinas algumas atitudes individualistas, agressivas, dentro das particularidades de cada uma.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação nos espaços não formais visa contribuir com a formação social de crianças e adolescentes que frequentam o CRAS, tendo como base as linguagens artísticas. Segundo Barro; Santos (2010, p. 06),

Além disso, a educação não formal socializa os indivíduos, desenvolve hábitos, atitudes, comportamentos, modos de pensar, e de expressar no uso da linguagem, segundo valores e crenças da comunidade. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais (BARRO, SANTOS, apud LOPES et al, 2017, p. 7210)

Portanto a vivência das oficinas de arte nos espaços não formais fazem-se importantes não somente para a formação social de crianças e adolescentes como também, se faz essencial à prática docente por oferecer ferramentas para que, o educador desenvolva o seu trabalho de forma autônoma, visto que, os espaços formais direcionam os conteúdos, por vezes sem levar em consideração a realidade do aluno. Segundo Gohn (2013, p.18),

Na educação não formal, as metodologias operadas no processo de aprendizagem partem da cultura dos indivíduos e dos grupos. O método nasce a partir de problematização da vida cotidiana; os conteúdos emergem a partir dos temas que se colocam como necessidades, carências, desafios, obstáculos ou ações empreendedoras a serem realizadas; os conteúdos não são dados a priori. São construídos no processo. O método passa pela sistematização dos modos de agir e pensar o mundo que circunda as pessoas. (apud MACHADO, 2014, p. 32)

Dessa forma, as oficinas desenvolvidas nesse contexto foram importantes para a formação dos licenciandos em Artes Visuais, pois possibilitaram conhecer a dinâmica tanto dos espaços formais de ensino, quanto dos não formais, favorecendo a aproximação do acadêmico à realidade social, contribuindo na assimilação das políticas públicas e os seus êxitos para o público assistido, como também para a formação de crianças e adolescentes que fazem parte de grupos vulneravelmente econômicos que trazem consigo necessidades muito específicas, que direta ou indiretamente os afeta subjetivamente.

A conclusão deste trabalho, a análise de seus resultados e as experiências vividas por ambas as partes, evidenciam a importância das oficinas de arte como ferramentas que possibilitam tratar de assuntos essencialmente importantes ao ser social em formação que aprende sobre seus direitos e deveres, quando trazidos de forma mais fluida e dinâmica nos espaços como o CRAS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÉDARD, Nicole. **Como Interpretar os Desenhos das Crianças**. São Paulo: Isis, 2003.

BRASIL. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF, jul. 1990.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Texto publicado em 22/06/2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/cras>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

CRUZ, Simone Maria Martins. **Linguagem do desenho infantil**: uma expressão do pensamento que deve ser trabalhado em conjunto com a linguagem escrita. 2010. 44 f. Trabalho de Graduação Interdisciplinar- Universidade Presbiteriana Mackenzie Centro de Ciências e Humanidades, São Paulo, 2010.

GONÇALVES, Ariane Araújo. **Criança e ludicidade**: uma análise do programa de extensão ludoteca da Universidade Estadual de Londrina. 2012. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Educação, do Centro de Comunicação, Educação e Artes da Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

HANUER, Fernanda. Riscos e rabiscos- o desenho na educação infantil. Revista de Educação do Ideau, Rio Grande do Sul, v. 6, n. 13, jul 2011. Disponível em: <https://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/149_1.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2018.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Brinquedos e brincadeira na educação infantil**. In: I Seminário Nacional: currículo em movimento, 2010. Belo Horizonte. *Anais* Belo Horizonte, 2010. p. 1-20.

LOPES, Ana Claudia Fernandes et al. **A Educação Não Formal: Um Espaço Alternativo da Educação**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, XIII., 2017. Curitiba. *Anais*. Disponível em https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25198_12669.pdf Acesso: 24 fev. 2021

MACHADO, Willian Marcos. **Espaços não formais de educação: o professor de artes visuais, o teatro e o trabalho com idosos**. 2014. 72f. Trabalho de Conclusão de Curso- Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2014.

OSTROWER, Fayga. **Criatividade e processos de criação**. Petrópolis, Vozes: 1987.

ROSA, Fabiane Vieira; KRAVCHYCHYN, Helena; VIEIRA, Mauro Luís. **Brinquedoteca: a valorização do lúdico no cotidiano infantil da pré-escola**. Barbarói. Santa Cruz do Sul, n. 33, ago./dez. 2010. Disponível em <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/1208#:~:text=Por%20meio%20da%20an%C3%A1lise%20te%C3%B3rica,inf%C3%A2ncia%20e%20o%20desenvolvimento%20infantil>. Acesso em: 24 fev. 2021.

TERRA. Brasil é o quarto país mais desigual da América Latina, diz ONU. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil-e-o-quarto-pais-mais-desigual-da-america-latina-diz-onu,9259a418851ca310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

Artigo recebido em: 13 de janeiro de 2021

Artigo aprovado em: 22 de março de 2021